Os direitos de propriedade intelectual de todos os conteúdos do Público – Comunicação Social S.A. são pertença do Público.
Os conteúdos disponibilizados ao Utilizador assinante não poderão ser copiados, alterados ou distribuídos salvo com autorização expressa do Público – Comunicação Social, S.A.

Rede de apoio

Estas são as equipas que mantêm os infectados em casa

Reportagem

Maria Monteiro
e Cristiana Faria Moreira

Quando o resultado ao teste chega positivo, a ordem é ficar em casa. Estas equipas levam uma palavra, remédios e até especiarias

O dia em que viu a senhora que não tinha vontade de ter os olhos abertos marcou Joel Carvalho, segurança de uma discoteca agora fechada. "Estamos a falar de uma idosa que esteve sozinha em casa durante mais de um mês, só nós é que lá íamos", relata Joel, um dos três membros da equipa de "apoio covid", constituída pela Associação Mutualista Benéfica e Previdente em parceria com a saúde pública do Porto Oriental e as freguesias do Bonfim e Campanhã. Chegou no final de Março, "por necessidade" e com "algum receio", mas determinado a "fazer aquilo que mais ninguém queria fazer".

Todos os dias, Joel e os colegas de equipa, Nuno e Alexandra, estão a postos para fazer compras no supermercado e na farmácia, entregar cabazes alimentares e medicamentos, levar refeições preparadas na Benéfica, fazer a limpeza das casas, tratar da roupa e assistir os doentes na sua higiene pessoal. Porém, a tarefa mais pesada nada tem que ver com a roda-viva em que andam – tão ou mais importante do que suprir carências materiais é estabelecer uma comunicação calorosa e eficaz, um momento de pausa no longo silêncio dos dias. Para cumprir essa missão, a "equipa covid" vai munida do desembaraço, leveza e, sobretudo, bom humor necessários para meter conversa mesmo com quem não quer falar (ou viver). Foi essa resistência que identificou no rosto ermo de Conceição, acamada há vários anos e agora infectada. A lucidez ia e vinha, mas o vazio era constante. Não tinha, sequer, televisão para lhe fazer companhia. Joel Carvalho engendrou uma estratégia singular para levar a utente a reagir. "Pegava num comando que havia lá, fingia que era um telefone e que estavam a ligar para ela", recorda. A muito custo, lá "dizia que não queria falar". Também não queria comer, pelo menos até Joel ligar para o hospital neste jogo do faz-de-conta.

Logo em Março, os municípios criaram respostas com unidades de saúde, associações e juntas de freguesia. Para que, entre técnicos e voluntários, pudessem devolver à população um pouco do dia-a-dia. Depois de uma fase mais calma, o final do ano revelou a necessidade de ter estas equipas mais presentes na rua para ajudar quem não pode nem quer sair de casa.

"A necessidade humana"

Mal Iara Munjamba abre a porta, ouve-se o riso de Alexia, envolta no pano com que a mãe a suporta à volta da cintura. Mãe, de 29 anos, e filha, de nove meses, deixaram-se apanhar pelo vírus, mesmo saindo pouco de casa. Tiveram febre, tosse, dores no peito e musculares. Refugiaram-se no quarto de um *hostel*, na Rua Luciano Cordeiro, em Lisboa, que Iara está a arrendar.

A jovem chegou à capital em Dezembro de 2019 para estudar com uma bolsa que a empresa onde trabalhava em Angola lhe ofereceu. Estando já grávida, a ideia era ficar apenas uns meses. Mas a pandemia revirou-lhe todos os planos e não conseguiu regressar à terra natal. "Acabei por tê-la sozinha. Nem o pai dela consegue vir nem ninguém da família", conta. Foi sinalizada pela Junta de Freguesia de Santo António, que, diz, tem sido o membro da família que não pode ter a seu lado. No período em que esteve doente, obrigatoriamente isolada, foi a junta que lhe forneceu refeições, fez as compras de supermercado, foi à farmácia. No entanto, mesmo já livre do vírus, prefere manter-se em casa. Nesse dia recebeu o almoço, reforçado e diferenciado para a pequena Alexia. "Temos uma bebé que precisa de se alimentar. Temos de nos ajustar a essas necessidades também", diz Cristina Patrício, psicóloga nesta junta de freguesia.

Acostumada a cuidar da população idosa, carenciada e vulnerável deste território, a Benéfica formou uma "equipa covid" logo em Março para antecipar uma resposta para pessoas infectadas e fragilizadas pela pandemia. "As pessoas que vivem em bairros sociais têm habitualmente um bom suporte social nos vizinhos, mas isso deixou de existir", aponta Bruna Sousa, psicóloga e directora técnica de equipas. Quer por "estarem em isolamento profiláctico", quer "por medo", muitos "deixaram de ter a quem recorrer". Rapidamente caíram pedidos, sinalizados pelos centros de saúde do Porto Oriental e pelo município, sendo a maioria de pessoas acima dos 65 anos. Mas também há focos preocupantes em várias comunidades étnicas. Foi assim que souberam do surto no apartamento que Aji Singh Rallay, 45 anos, partilha com seis colegas indianos, divididos por três quartos.

Aji fala da soleira da porta para o corredor, retraído e apreensivo, mas mostra-se optimista com o aproximar do final do isolamento e satisfeito com os cabazes da Benéfica, onde não faltam o caril ou gengibre. "Temos cuidado a esse nível [cultural] e até vamos investigar o que eles comem", revela Bruna Sousa, recordando um caso desafiante em que "havia várias etnias numa casa". Paula

Municípios criaram respostas com unidades de saúde, associações e juntas de freguesia para tentar devolver

PAULO PIMENTA

Os direitos de propriedade intelectual de todos os conteúdos do Público – Comunicação Social S.A. são pertença do Público.
Os conteúdos disponibilizados ao Utilizador assinante não poderão ser copiados, alterados ou distribuídos salvo com autorização expressa do Público – Comunicação Social, S.A.

NUNO FERREIRA SANTOS

r à população um pouco do dia-a-dia

Roseira, presidente da Benéfica, chegou a "andar atrás de especiarias ao domingo", porque acredita que "o cidadão não é uma doença". "Estamos noutra frente. É a frente da necessidade humana", reitera.

Menos medo, menos pedidos

Logo no início da pandemia, as juntas de Lisboa criaram redes para acudir os fregueses. Criaram linhas telefónicas, afixaram cartazes com esses números nos prédios para a informação chegar de forma mais eficaz. Reforçaram o apoio alimentar, com a distribuição de almoços e jantares. Foram ao supermercado ou à farmácia para comprar o que está em falta e até trataram da recolha do lixo. "Depois surgem as necessidades que não temos tipificadas no dia-a-dia, mas que há uma família que nos coloca: 'Eu tenho um cão, como é que eu vou passear o cão?'", exemplifica Cristina Patrício. Com os técnicos da junta e voluntários tentaram responder a esses pedidos, levando também um maço de tabaco ou o jornal a casa – bens que parecem menos importantes, mas que são essenciais para manter uma rotina.

Apesar de esses serviços não terem sido extintos, os pedidos abrandaram nos meses de Verão. Em Benfica, freguesia com quase 40 mil habitantes, a junta registou cerca de 20 a 30 pedidos por semana nesse período mais calmo. Desde meados de Janeiro, passaram a ser 40, 50 pedidos por dia. "As pessoas voltaram a pedir ajuda quer ao nível de compras, quer ao nível de distribuição de refeições. E são pedidos, sobretudo, de idosos que estão sozinhos em casa e ficaram com receio de sair", observa Carla Rothes, que lidera actualmente esta junta. Por isso, todo o "sistema" teve de voltar a ser activado "de forma mais robusta". As equipas foram reforçadas, quer para a distribuição de refeições para idosos, doentes crónicos, com covid-19 ou em isolamento. Ali, em Benfica, a junta bate diariamente à porta de cerca de 30 famílias. Faz as compras de supermercado e a recolha do lixo para que não saiam de casa. É também uma forma de verificar se quem está infectado está a respeitar o isolamento.

No Porto, o apoio esmoreceu com o passar do tempo e, sobretudo, com o alívio das restrições no início do segundo confinamento. "Neste momento, corremos o risco de ir a casa das pessoas e elas não estarem lá", dizia António Fonseca, presidente da Junta do Centro Histórico, antes do aperto das medidas. Várias juntas ouvidas pelo PÚBLICO reportaram menos pedidos nesta altura – algumas não tinham casos sinalizados. Para Carla Costa, assistente social na Junta de Ramalde, este abrandamento deve-se à "ausência do medo que havia no ano anterior". "As pessoas saem e tratam elas próprias dessas tarefas", observa.

No interior, há a mesma preocupação em evitar que as pessoas saiam de casa. Em Mogadouro, distrito de Bragança, há uma equipa que vai ao supermercado e à farmácia para levar os bens necessários à população. Já em São João da Pesqueira, na Guarda, há duas viaturas com técnicos do município "que se deslocam diariamente sempre que existem pedidos", refere o gabinete de comunicação do município. Estas "equipas móveis" dão resposta à compra de bens essenciais e medicamentos e trabalham com as juntas.

Em Castelo Branco, o município criou no início da pandemia uma linha telefónica de apoio à compra de medicamentos e alimentos, que chegou a ser desactivada. Com o aumento dos casos, foi necessário reactivá-la, diz o seu presidente, José Augusto Alves. Neste momento, segundo o autarca, estão a apoiar "algumas dezenas de pessoas" em conjunto com as juntas das 19 freguesias do concelho e a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento (ALAD). "Providenciam alimentação, medicamentos e uma palavra", nota o autarca. "Às vezes uma palavra faz toda a diferença."

Desobediência

Não usava máscara e não queria voltar para casa. Foi condenado em tribunal

Sónia Trigueirão

O Tribunal Local de Pequena Criminalidade de Lisboa condenou ontem um homem a seis meses de prisão, substituídos por 180 horas de trabalho a favor da comunidade, pelo crime de desobediência. Em causa esteve o facto de o homem, com 40 anos, residente na zona de Chelas, ter recusado obedecer às ordens dos agentes da PSP para pôr a máscara e regressar a casa.

Esta é primeira condenação conhecida ao abrigo do novo estado de emergência, que entrou em vigor a 15 de Janeiro, que impôs novamente o dever geral de recolhimento domiciliário, e também a primeira condenação de um tribunal depois de o Presidente da República ter inscrito, pela primeira vez, o crime de desobediência no decreto presidencial do estado de emergência, a 16 de Dezembro.

A 20 de Janeiro, por volta das 11h30, os agentes da PSP estavam a fazer uma detenção por suspeita de tráfico de droga, quando o suspeito fugiu. Encetaram uma perseguição e conseguiram apanhá-lo. Cumprindo as regras, fizeram o percurso que o suspeito fizera ao fugir para verificar se, porventura, este se tinha livrado de algo ilícito pelo caminho. Foi nesse percurso que se cruzaram com P.L. sem máscara e a proferir palavras contra a actuação policial. "O rapaz não fez nada", "vão-se embora daqui", "não têm nada que estar aqui", foram algumas das frases que P.L. proferiu, segundo contaram os dois agentes da PSP, ouvidos como testemunhas no tribunal.

Contaram ainda que lhe explicaram com calma que estava não só a faltar ao dever de recolhimento domiciliário, mas também à obrigatoriedade de uso de máscara na via pública. Alertaram que, se não cumprisse, estaria a "incorrer no crime de desobediência". Um dos agentes disse que depois de muita insistência lhe deu mais uma oportunidade, questionando-o: "O senhor vai para casa?" Ao que o arguido respondeu: "Não. Vocês não mandam em mim." E foi aí que lhe deram ordem de prisão.

Já o arguido tem outra versão. Disse à juíza que estava sem máscara porque estava a fumar. Os agentes dizem que nunca o viram a fumar. E quando questionado sobre o motivo pelo qual estava fora de casa, respondeu que morava na parte de baixo do bairro e que foi à parte de cima para dar um beijo ao irmão que fazia anos.

Esta é a primeira condenação conhecida depois de Marcelo ter inscrito, pela primeira vez, o crime de desobediência no decreto presidencial do estado de emergência

No fim, a procuradora do Ministério Público pediu uma pena de prisão, alegando que o arguido está em liberdade condicional de uma pena de prisão de 21 anos e seis meses e que nem isso foi dissuasor de cometer outro crime. O advogado de defesa argumentou que o arguido não tinha bem a consciência do crime que estava a cometer e que se trata de um crime novo e não é simples de perceber, tem muitas excepções. Não pediu a absolvição, mas que fosse excluído o dolo.

A juíza entendeu, contudo, que os factos foram dados como provados e que as declarações do arguido não mereceram "credibilidade". Disse ainda ao arguido que "quem está em liberdade condicional tem de ter um comportamento exemplar". Perante as necessidades de prevenção geral, decidiu aplicar uma pena de seis meses de prisão. Mas como o arguido, apesar de ter no seu cadastro um extenso acervo de crimes, em que se inclui um homicídio qualificado, pelo qual já cumpriu prisão, não tem antecedentes do crime de desobediência, decidiu substituir a prisão por 180 dias de trabalho para a comunidade.

PUBLICIDADE

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

AVISO

1. Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, torna-se público que a Autoridade da Concorrência recebeu, em 25 de janeiro de 2021, com produção de efeitos em 8 de fevereiro de 2021, uma notificação de uma operação de concentração de empresas, apresentada ao abrigo do disposto no artigo 37.º do referido diploma.
2. A operação de concentração em causa consiste na adjudicação, ao agrupamento de empresas composto pela Minho Bus – Transportes do Minho, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Minho Bus"), e pela Auto Viação do Minho, Lda. ("AVM"), da concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros regular na Região da Comunidade Intermunicipal do Cávado, Lote 1, correspondente à rede "Oeste" ("Concessão CIM do Cávado, rede Oeste").
3. As atividades das empresas envolvidas são as seguintes:
   - **Minho Bus:** integra o Grupo Transdev, que se encontra ativo, em Portugal, entre outros, no setor do transporte rodoviário pesado de passageiros e de carga.
   - **AVM:** desenvolve a sua atividade, em Portugal, no âmbito do transporte rodoviário pesado de passageiros e mercadorias.
   - **Concessão CIM do Cávado, rede Oeste:** universalidade de direitos e obrigações sobre um conjunto de ativos afetos à exploração da concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros regular na Região da Comunidade Intermunicipal do Cávado, rede Oeste, em particular a Rede Regional, Intermunicipal e Municipal de Esposende, a Rede Regional e Intermunicipal de Barcelos e a Rede Regional entre Braga e a Comunidade Intermunicipal do Ave (com partilha de linhas com a Comunidade Intermunicipal do Ave).
4. Quaisquer observações sobre a operação de concentração em causa devem identificar o interessado e indicar o respetivo endereço postal, e-mail, n.º de telefone e fax. Se aplicável, as observações devem ser acompanhadas de uma versão não confidencial, bem como da fundamentação do seu caráter confidencial, sob pena de serem tornadas públicas.
5. As observações devem ser remetidas à Autoridade da Concorrência, no prazo de 10 dias úteis contados da publicação do presente Aviso, indicando a referência **Ccent. n.º 5/2021 – Minho Bus*Auto Viação do Minho / Comunidade Intermunicipal do Cávado (Lote 1)**, através do e-mail: adc@concorrencia.pt.